

AINST/16/00012 — Relatório final da CAE

I - Avaliação da Instituição

Perguntas A1. e A2.

A1. Instituição de Ensino Superior:

Instituto Politécnico Da Guarda

A2. Natureza da instituição:

<sem resposta>

Requisitos Gerais

A3. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

A3.1. Projeto educativo, científico e cultural da Instituição.

Está definido e é coerente com a natureza politécnica e a missão da Instituição

A3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

De acordo com o próprio relatório de auto-avaliação (RAA), a oferta formativa do Instituto Politécnico da Guarda (IPGuarda) encontra-se consolidada em torno das suas áreas chave de intervenção: as Tecnologias, a Gestão, a Educação, a Comunicação, o Desporto, o Turismo/Hotelaria e a Saúde.

Os 1^{os} ciclos de estudo pretendem fomentar uma formação de base sólida e de carácter global, enquadrada nas diversas áreas do conhecimento, e os 2^{os} ciclos têm o objectivo de contribuir para a especialização dos percursos de formação, respondendo às expectativas, de natureza profissionalizante, dos licenciados e dos profissionais no mercado de trabalho, facultando a mobilidade entre distintas áreas do conhecimento. De referir que a maioria dos alunos que têm frequentado os 2^{os} ciclos são profissionais já inseridos no mercado de trabalho.

Ao nível da oferta formativa dos CTeSP, os cursos oferecidos pelo IPGuarda (iniciados muito recentemente) mostram ter tido em conta as necessidades do mercado laboral, respondendo às necessidades dos alunos que pretendem prosseguir os seus estudos de ensino secundário enveredando por uma via profissionalizante, assim como as necessidades de formação ou requalificação de profissionais.

Com os CTeSP cria-se uma fileira formativa que pode contribuir para uma melhor procura dos ciclos de estudo conferentes de grau.

A4. Organização e gestão

A4.1. Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados

A4.1.1 Órgãos de governo da Instituição e das suas Unidades Orgânicas estatutariamente consagrados.

Existem, satisfazem as condições legais e funcionam regularmente

A4.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

São órgãos estatutários do IPGuarda:

- a) Conselho Geral - composto por 33 membros (inclui representantes dos professores, estudantes, não docentes e comunidade externa);
- b) Presidente - órgão superior de governo e de representação externa, a quem cabe a condução da

política do Instituto e que preside ao Conselho de Gestão do IPGuarda e aos Serviços de Acção Social (SAS);

- c) Conselho de Gestão - ao qual compete conduzir a gestão administrativa, patrimonial e financeira, bem como a gestão dos recursos humanos;
- d) Conselho Superior de Coordenação (CSC) - órgão com competências próprias no âmbito científico ou técnico científico e no âmbito pedagógico, possuindo ainda funções de natureza consultiva;
- e) Conselho para a Avaliação e Qualidade - órgão responsável pelo estabelecimento dos mecanismos de auto-avaliação regular do desempenho do Instituto, das suas unidades orgânicas, bem como das actividades científicas e pedagógicas sujeitas ao sistema nacional de avaliação e acreditação;
- f) Provedor do Estudante - professor ou equiparado, eleito para o cargo pelos estudantes.

O IPGuarda dispõe ainda de um Fiscal Único recrutado nos termos da legislação em vigor.

As Unidades Orgânicas (UO - Escolas), integram os seguintes órgãos estatutários:

- a) Director - nomeado pelo Presidente do IPGuarda de entre os professores em serviço na Escola com, pelo menos, cinco anos de serviço nessa UO. A nomeação tem que ser ratificada pelo Conselho Geral do IPGuarda. O Director é coadjuvado por um Subdirector;
- b) Conselho Técnico-Científico - constituído por 20 membros eleitos pelos seus pares, de entre os respectivos grupos, conforme previsto nos Estatutos e RJIES;
- c) Conselho Pedagógico - constituído por um mínimo de 10 e um máximo de 24 membros, sendo igual o número de representantes do corpo docente e dos estudantes da Escola, eleitos nos termos estabelecidos nos estatutos próprios de cada Escola;
- d) As Unidades Técnico-Científicas - estruturas transversais de coordenação científica e pedagógica de áreas científicas ou conjunto de áreas científicas afins.

Todos os ciclos de estudo dispõem ainda de um Director de Curso, designado pelo Director da Escola.

A UDI (Unidade de Investigação), integra os seguintes órgãos:

- a) Director - nomeado pelo Presidente do IPGuarda de entre os investigadores da UDI ou, a solicitação desta, de entre investigadores do Instituto ou de outra instituição de investigação nacional ou estrangeira;
- b) Conselho Científico - constituído por todos os que, a qualquer título, exerçam actividade na instituição, desde que estejam habilitados com o grau de doutor ou equivalente;
- c) Conselho Consultivo para a Ciência e Inovação (CCCI) - órgão consultivo e de assessoria ao Director da UDI.

A4.2. Autonomia científica e pedagógica do estabelecimento

A4.2.1 É assegurada a autonomia científica e pedagógica do estabelecimento:

Sim

A4.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A existência do Conselho Superior de Coordenação (órgão com competências próprias no âmbito científico ou técnico-científico e no âmbito pedagógico, nos termos do disposto no número 2 do artigo 80.º do RJIES) e os Conselhos Técnico-Científicos e os Conselhos Pedagógicos das Unidades Orgânicas (UO) garantem a autonomia científica e pedagógica do estabelecimento de ensino e das suas UO. Existem ainda, em cada Escola e para cada ciclo de estudos, estruturas de coordenação dos ciclos de estudo (Direcção de Curso). A participação dos docentes e investigadores encontra-se assegurada em quase todos os órgãos de governo, estando os alunos representados nos Conselhos Pedagógicos das UO, no Conselho para a Avaliação e Qualidade e no Conselho Geral.

Realça-se ainda que o Provedor do Estudante é eleito pelos próprios estudantes.

A4.3. Participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento

A4.3.1 É assegurada a participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento:

Sim

A4.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

As respostas a A4.1 e A4.2 são suficientemente esclarecedoras.

A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade

A4.4. Sistema interno de garantia da qualidade (artigo 4º, nº 1, alínea c) do RJAES):

Existe, a nível da Instituição, e está certificado pela A3ES (campo A4.4.1)

A4.4.1. Evolução do sistema (no caso de sistema certificado pela A3ES).

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e certificado pela A3ES:

Numa primeira fase, a acreditação do SIGQ foi obtida, em 2014, apenas por 1 ano. Todavia, as medidas adoptadas e a consolidação do Sistema, permitiram que este, em Fevereiro de 2017, fosse acreditado por 6 anos (valor máximo da acreditação). O esforço da instituição com vista à obtenção desta acreditação merece ser realçado.

A4.4.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistema não certificado pela A3ES)

Sistema interno de garantia da qualidade definido a nível da Instituição e ainda não certificado pela A3ES:

<sem resposta>

A5. Ensino

A5.1. Procura e acesso

A5.1.1. A instituição tem uma política de recrutamento de novos estudantes:

Sim

A5.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Face à interioridade da cidade da Guarda, a Instituição aposta na divulgação da oferta formativa no seu portal da internet e na utilização das redes sociais bem como na participação em feiras direccionadas para o seu público-alvo. Igualmente, o IPGuarda articula-se com 26 Escolas da sua área de influência.

A presença em rádios e jornais regionais e a procura de candidatos no regime de mais de 23 anos são outras das estratégias utilizadas.

No entanto e em geral, muitas das ofertas formativas têm tido pouca procura. Exceptuam-se algumas licenciaturas, que conseguem boa procura conduzindo a um número de admissões muito superior ao número de vagas o que pode ser motivo de dificuldades (número de turmas e pessoal docente sobrecarregado ou em falta).

Realçam-se os esforços de cooperação com os PALOP, em especial com S. Tomé e Príncipe, de onde são oriundos muitos estudantes (150 à data da redacção do RAA).

Durante a visita foi indicado à CAE que, no corrente ano lectivo de 2017/18, se verifica uma tendência para inverter a situação de diminuição da procura, havendo mais 200 alunos do que no ano anterior. Como consequência do esforço na internacionalização, realça-se também o facto de, no ano lectivo 2017/18, terem sido ocupadas a totalidade das vagas do concurso de estudantes internacionais.

Também a participação no programa Erasmus, que abrange cerca de 130 Instituições de Ensino Superior de 30 Países, possibilita a obtenção de colocações de alunos internacionais.

A5.2. Sucesso escolar

A5.2.1. A instituição tem políticas para promover o sucesso escolar e a integração dos estudantes:

Em parte

A5.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Em geral, o sucesso escolar é baixo, em especial no caso dos mestrados.

O tempo médio de conclusão dos Cursos é variável. A nível das licenciaturas verifica-se: 4,11 anos (para 4 anos de Curso) na Escola Superior de Saúde (ESS - a que tem melhores resultados), 4 anos (para 3 anos de Curso) na Escola Superior de Turismo e Hotelaria (ESTH), 3,64 anos (para 3 anos de Curso) na Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto (ESECD) e 4,68 anos (para 3 anos de Curso), na ESTG. Estes são os dados fornecidos pelo RAA, o qual salienta o elevado insucesso escolar nos Cursos de Engenharia ministrados na última Escola citada.

Com outros dados, verificam-se praticamente os mesmos resultados, sendo sempre a área de Engenharia aquela onde o insucesso é maior.

Por outro lado, a taxa de abandono ascende a 15 %, valor muito elevado que motiva preocupações. Tanto quanto foi possível perceber, a Instituição encontra-se consciente destas realidades informando que já implementou uma série de medidas para melhorar a situação. Desconhecem-se ainda os resultados destas medidas.

A5.3. Ligação à investigação orientada

A5.3.1. A instituição tem medidas que garantem o contacto dos estudantes com a investigação orientada desde os primeiros anos:

Em parte

A5.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Nota-se a existência de alguma dinâmica na obtenção de projectos de investigação orientada, prestação de serviços e de integração na comunidade, e de Unidades Curriculares (em alguns ciclos de estudo) com vista a assegurar o contacto dos estudantes com aquelas actividades. No entanto estes objectivos não são ainda bem atingidos correspondendo a alguma debilidade da instituição. Com efeito, pode ler-se em A16 do RAA que a instituição reconhece estas debilidades ao afirmar que são pontos fracos “Actividades de investigação e desenvolvimento experimental” e “Desenvolvimento de prestação de serviços, nas diferentes áreas de actuação do IPGuarda”.

No entanto, verificam-se algumas excepções em que se encontram referências à participação de estudantes do 1º ciclo em actividades de investigação orientada: no Curso de Farmácia (desenvolvimento de novos produtos), Marketing (estudos de mercado) e no Laboratório de Robótica (criação de robots). Também no Curso de Informática existe uma Unidade Curricular (UC) de Projecto.

Igual situação se verifica nos 2º Ciclos. A este nível, os alunos desenvolvem investigação no terreno, em articulação com os docentes, o que, algumas vezes, dá lugar a publicações científicas da responsabilidade dos últimos, mas em co-autoria com os estudantes. No entanto, estas actividades são ainda pouco significativas dado o reduzido número de estudantes que frequentam os 2º ciclos.

A5.4. Inserção dos diplomados no mercado de trabalho

A5.4.1. A Instituição promove de forma eficaz a monitorização da empregabilidade e o apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho:

Sim

A5.4.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O IPGuarda tenta atingir este objetivo recorrendo fundamentalmente ao estágio curricular e monitorizando a colocação dos estudantes através do SIGQ.

Existe um Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais (GESP) que tem como missão o apoio e promoção da inserção na vida activa e empregabilidade dos estudantes e diplomados do IPGuarda e, simultaneamente, o desenvolvimento de uma ligação estreita com a comunidade envolvente, procurando estimular e aprofundar relações.

Segundo o RAA, a taxa média global de desemprego era de 13,6% em 2015 tendo decrescido para 11,6% em 2016. Em geral, a empregabilidade na área de formação é boa em todas as ofertas formativas. No entanto, apenas 39,23% obtiveram emprego nos primeiros 6 meses após a conclusão dos estudos. Esta percentagem tem tendência a diminuir, de acordo com as informações obtidas pela CAE.

A6. O corpo docente

A6.1. A Instituição dispõe de um corpo docente adequado e tem uma política de recrutamento:

Em parte

A6.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O número de Doutorados é elevado. No entanto o número de Especialistas não obedece à legislação (RJIES) sendo inferior a 35% do número total de ETI (Equivalentes a Tempo Inteiro).

Por outro lado, existem casos de docentes a 100%, com o doutoramento, que têm a categoria de Assistentes ou Equiparados, existem docentes com apenas a licenciatura (uns são Especialistas mas outros não) que são Professores Adjuntos ou Equiparados e docentes com categorias da carreira docente universitária (que pertencem ao IPGuarda). Também há casos de docentes com categorias de carreira estando a tempo parcial. Dois docentes são da UTAD e outros dois da UBI. Existe apenas 1 Professor Coordenador Principal.

Também se verifica que muitos dos docentes têm uma carga anual lectiva muito elevada (mais do que 400 h por ano).

No total e em 2015/16, em 187,864 ETI, existem 19 Professores Coordenadores (5 na ESECD sendo 1 Principal, 3 na ESS, 10 na ESTG e 1 na ESTH). O número total de Professores Adjuntos é de 122. Durante a visita, a CAE foi informada de que existe um esforço da instituição em alargar o quadro de Professores Coordenadores, estando 2 concursos a decorrer e prevendo-se a abertura de outros concursos durante o corrente ano, para os quais já foi emitido despacho de autorização interna, num total de 10 concursos.

Mais de 83% dos docentes têm uma relação estável com a instituição e a média de idades é de 49 anos.

Se se considerar adequado analisar o cumprimento dos requisitos do ECD, verifica-se que a instituição cumpre os requisitos legais se a contabilização se efectuar em termos de ETI. Se se efectuar em termos de número, não cumpre.

A7. A atividade científica e tecnológica

A7.1. Políticas de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível

A7.1.1. A Instituição tem uma política para a investigação orientada, o desenvolvimento tecnológico e o desenvolvimento profissional de alto nível, e para a sua valorização económica:

Em parte

A7.1.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Nota-se a existência de alguma dinâmica no desenvolvimento de projectos de investigação orientada. No entanto estes objectivos não são ainda bem atingidos correspondendo a alguma debilidade da instituição. A instituição estruturou um centro de investigação próprio (UDI), que esteve acreditado pela FCT entre 2007 e 2014, com a classificação de Bom mas, posteriormente, não o submeteu à apreciação e acreditação por parte da FCT. Por outro lado, a grande maioria dos docentes (cerca de 80%) indica pertencer ou colaborar com este centro, cuja actividade parece ser mais de coordenação e apoio à gestão (e mesmo de financiamento) de projectos em curso, nas mais diversas áreas, do que desenvolver actividades de investigação próprias.

O número de docentes que colabora com centros certificados pela FCT (e com muito boas classificações) é muito reduzido (inferior a 20%) sendo esses centros pertencentes a outras IES. A instituição reconhece a existência de debilidades nesta área como se pode confirmar pela leitura do RAA.

Embora o IPGuarda liste um bom número de publicações do corpo docente, o número de publicações em revistas internacionais indexadas com revisão por pares, nos últimos 5 anos, é relativamente baixo.

Os projectos desenvolvidos relacionam-se com as áreas leccionadas no IPGuarda e articulam-se, preferencialmente, com o tecido empresarial envolvente e outras IES. Candidatando 34 projectos, o IPGuarda indica ter 11 aprovados e 17 em análise.

A CAE considera que o IPGuarda poderia equacionar as vantagens de implementar uma estratégia própria, no sentido de que, em função do que se propõe desenvolver nestas áreas, lhe fosse possível criar uma Unidade de Investigação e submetê-la à certificação da FCT, a exemplo do que sucedeu com o SIGQ. No entanto, durante a visita, a CAE constatou que o IPGuarda não tem a orientação de criar unidades de investigação próprias, antes optando pela participação dos docentes em centros de investigação de outras IES (o que, nesta data, acontece apenas para um reduzido número de docentes).

A7.2. Políticas de prestação de serviços à comunidade

A7.2.1. A Instituição dispõe de uma política institucional consistente para a prestação de serviços à comunidade, adequada à sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional:

Em parte

A7.2.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

O IPGuarda tem uma política de prestação de serviços definida, cujo documento de suporte é o “Regulamento de Prestação de Serviços Especializados à Comunidade do IPGuarda”. Descrevem-se alguns projectos/serviços, mas não é clara a sua relevância.

Tal como no caso da investigação orientada, a prestação de serviços à comunidade enferma ainda de alguma debilidade que a instituição reconhece (ver RAA).

De acordo com o IPGuarda, esta situação decorre fundamentalmente da sua localização geográfica, com fraca dinâmica do tecido económico/social e decrescente demografia da região.

A7.3. Políticas de captação de receitas próprias

A7.3.1. A instituição tem uma política de captação de receitas próprias e o seu nível é adequado:

Em parte

A7.3.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Apesar de débil, o tecido empresarial da região usufrui de variadas iniciativas do IPGuarda, as quais visam a obtenção de receitas.

Também a elaboração de pareceres, consultoria, serviços laboratoriais, ações de formação ou projectos de investigação financiados, são fontes de receitas privativas do IPGuarda. Contudo, as receitas próprias provêm fundamentalmente de propinas (cerca de 69% em 2016 - eram cerca de 54% em 2014). Este valor de 2016 corresponde a apenas cerca de 25% do orçamento global da instituição.

Realça-se que, de acordo com as informações obtidas durante a visita, muitos dos serviços prestados são-no a título gratuito. Foi ainda referido que a recente situação de crise e a paragem da construção civil fizeram decrescer fortemente a prestação de serviços nomeadamente a desenvolvida pelos laboratórios.

É ainda preocupante a redução de receitas oriundas dos SAS.

A8. Políticas de colaboração nacional

A8.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a cooperação com outras instituições nacionais:

Sim

A8.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

A instituição demonstra ter consolidado um elevado número de colaborações com diversas entidades, empresas e instituições. O CCISP, a rede de Politécnicos do Centro e cooperações em investigação com outras IES e Centros de Investigação, permitem estabelecer uma cooperação nacional e a criação de sinergias.

Também a articulação com Municípios vizinhos, Associações, Empresas, Núcleos Empresariais e o aproveitamento conjunto do recurso natural Serra da Estrela, são exemplos de cooperação do IPGuarda a nível nacional.

O RAA descreve claramente estes aspectos.

No entanto e tanto quanto foi possível perceber, a colaboração com outras instituições de ensino politécnico da região, são fracas.

A9. Políticas de internacionalização

A9.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a internacionalização:

Em parte

A9.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Em termos de internacionalização e para além da admissão de estudantes internacionais nomeadamente através de programas como o Erasmus, a instituição presta fundamentalmente informação sobre objectivos de futuro. Ainda não são claros os resultados das acções empreendidas. Salienta-se que a instituição aponta (no RAA) dificuldades criadas pela ausência de domínio das línguas estrangeiras.

Durante a visita, foi salientada a aposta na colaboração com os PALOP, nomeadamente com S. Tomé e Príncipe de onde são oriundos vários alunos. Também foi salientado o facto de, no corrente ano lectivo de 2017/18, se terem preenchido todas as vagas para estudantes internacionais, como consequência dos esforços de internacionalização desenvolvidos pela instituição.

A10. Instalações

A10.1. A Instituição dispõe de instalações com as características exigíveis à ministração de ensino politécnico:

Em parte

A10.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

De acordo com a informação do RAA, o IPGuarda dispõe de instalações adequadas, sendo referido

que algumas necessitam de intervenção devido a envelhecimento e degradação. Durante a visita a CAE teve oportunidade de melhor esclarecer a situação actual, tendo obtido as seguintes informações, ouvindo os diferentes utentes:

- ESTH - a localização é considerada um factor negativo (pelos alunos). Não existe uma reprografia. Faltam balneários. A ventilação da cozinha é deficiente.
 - ESTG - em geral não houve indicações de necessidades de obras de manutenção ou melhoramento. No entanto foi referido que o aquecimento é encerrado a partir das 17 horas e aos sábados o que dificulta a estada nas instalações a partir dessa hora ou nesse dia.
 - ESS - verificam-se necessidades a nível de melhores instalações (mais amplas) e de melhores e maiores laboratórios. O material de desgaste rápido necessita de substituição. O bar não oferece condições adequadas para quem lá pretende ter uma refeição. A sala de estudo não oferece condições adequadas. Não existe cantina. As instalações são pequenas e necessitam de obras.
 - ESECD - o equipamento informático necessita de ser actualizado. Falta material audiovisual. A cantina no piso superior não tem aquecimento e há infiltrações de água da chuva. Falta de apoio para deslocações (transporte) dos alunos de desporto.
- Em geral, é referida pelos estudantes a necessidade de aumentar a oferta de camas na residência. A cozinha da residência é muito pequena para o número de utentes.

A11. Serviços de ação social

A11.1. São assegurados serviços de ação social:

Sim

A11.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Tudo indica que estes serviços são adequados e executam diversas acções inerentes aos seus objectivos. No entanto, nota-se que o número de bolsas concedidas tem vindo a decrescer assim como o seu valor médio. Também é referido no RAA que as receitas próprias dos SAS têm vindo a diminuir ao longo dos anos.

Realça-se a existência de protocolos com entidades sociais, nomeadamente Cáritas, Diocese da Guarda e ReFood para promover apoios ao nível alimentar, de propinas e de alojamento.

A12. Informação para o exterior

A12.1. A Instituição publicita de forma adequada informação sobre a oferta educativa, incluindo os relatórios de autoavaliação e avaliação externa e das decisões da Agência:

Sim

A12.2. Evidências que fundamentam a apreciação expressa.

Em geral, a informação para o exterior é adequada. Citando o RAA: “As informações relativas ao IPG, ciclo de estudos e actividades técnico-científicas são divulgadas para o exterior preferencialmente através do site do IPG, brochuras, panfletos, programa de radio IPGfm (edição semanal, sobre a actualidade da instituição, projectos, internacionalização, I&D, actividades desportivas e culturais - ipg.pt/ipg-fm/), mas também através dos media e publicitação estática, dando a conhecer a oferta formativa, eventos, workshops e actividades culturais e desportivas. São divulgados o plano e relatório de actividades, indicadores de monitorização da qualidade das unidades curriculares e índice de satisfação dos serviços, informação sobre a instituição em termos de percursos formativos, instalações, equipamentos, competências e eventos”.

No entanto e para além do relatório de auto avaliação institucional que era possível encontrar, não eram publicados no portal da internet do IPGuarda os restantes relatórios (oferta formativa) de auto-avaliação nem os relatórios e decisões da A3ES, pelo que não eram cumpridos os correspondentes requisitos legais. Esta situação foi prontamente corrigida pela instituição após a CAE a ter informado da correspondente não conformidade.

Requisitos Especificos

A13. Oferta educativa

A13.1. **INSTITUTO POLITÉCNICO:** A Instituição dispõe de, pelo menos:

- Duas escolas de áreas diferentes;
- Quatro ciclos de estudos de licenciatura acreditados, dois dos quais técnico-laboratoriais, em pelo menos duas áreas diferentes compatíveis com a missão própria do ensino politécnico.

OUTRO ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO:A Instituição dispõe de, pelo menos:

- Um ciclo de estudos de licenciatura acreditado.

Sim

A13.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

A instituição tem 4 escolas de áreas de formação diferentes, oferecendo 19 ciclos de estudo de licenciatura acreditados, sendo técnico-laborais mais de 2, obedecendo aos requisitos legais.

A14. Corpo docente

A14.1. No conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam atividade docente ou de investigação, a qualquer título, na Instituição:

- A Instituição dispõe, no mínimo, de um especialista ou doutor por cada 30 estudantes;
- Pelo menos 15% são doutores em regime de tempo integral;
- Para além desses doutores, pelo menos 35% são especialistas (que poderão ser igualmente detentores do grau de doutor).

Em parte

A14.2. **Evidências que fundamentam a apreciação expressa.**

O número de Doutorados é elevado. No entanto o número de Especialistas não obedece à legislação sendo inferior a 35% do número total de docentes ETI (Equivalentes a Tempo Inteiro).

Com efeito, no ano lectivo de 2015/16, verificava-se:

- 187,864 docentes ETI;
- 2504 estudantes (incluindo TeSP);
- 105,282 ETI com doutoramento;
- 31,316 ETI Especialistas;
- 133,128 Especialistas+Doutorados (mínimo requerido = 83,47);
- 56,04% de Doutorados (mínimo requerido = 15%);
- 16,67% de Especialistas (mínimo requerido = 35%). Este valor não cumpre os requisitos legais.

A15. Observações

A15. **Observações**

Considerando os Estatutos da Carreira Docente, e em termos globais, a instituição obedece a todos os requisitos com excepção do número de professores de carreira apresentando apenas 64% (o mínimo é 70%).

II - Avaliação das Unidades Orgânicas

B1. Ensino

B1.1. **Adequação da oferta educativa**

Apreciação geral da adequação da oferta formativa das Unidades Orgânicas da Instituição, face,

designadamente, à missão de uma Instituição de natureza politécnica.

A oferta formativa é adequada à missão das Unidades Orgânicas e enquadra-se no Plano Estratégico do IPGuarda. Está organizada numa fileira de formação contemplando três níveis académicos (a maior parte dos CTeSP teve início muito recentemente). Tendo em consideração o ano lectivo de 2015/16:

ESECD: ainda nada se pode dizer sobre os CTeSP dado terem tido início muito recentemente (embora a Comunicação Digital não tenha tido candidatos em 27 vagas oferecidas). A licenciatura em Educação Básica tem pouca procura (cerca de 50%). Algumas das outras ofertas de licenciaturas têm um número de admissões muito superior ao número de vagas o que pode criar problemas (mais turmas e mais necessidade de docentes ou sobrecarga dos mesmos). Os mestrados não têm procura. O sucesso escolar parece baixo. A empregabilidade na área parece boa (70%). O Histórico de acreditações é bom no caso das licenciaturas (só 1 não acreditada em 6). No caso dos mestrados não é bom (5 acreditados condicionalmente).

ESS: dos 3 CTeSP oferecidos apenas 1 teve candidatos (Gerontologia). As 2 licenciaturas têm boa procura (1 delas foi acreditada condicionalmente apenas por 1 ano). Os mestrados têm fraca procura. Durante a visita, a CAE foi informada de que, no corrente ano lectivo de 2017/18, o mestrado em Enfermagem Comunitária preencheu as 25 vagas oferecidas.

O sucesso escolar é razoável nas licenciaturas, mas fraco nos mestrados. A empregabilidade na área é excelente (96%). O Histórico de acreditações é relativamente mau. Duas licenciaturas acreditada (uma delas condicional por 1 ano) e 5 não acreditadas. De igual modo só tem 2 mestrados, acreditados condicionalmente por 1 ano e 1 não acreditado.

ESTG: oferecem 14 CTeSP, 9 licenciaturas (1 acreditada apenas por 1 ano) e 5 mestrados (1 acreditado por 2 anos). Apenas 3 CTeSP tiveram candidatos, mas mesmo assim, abaixo do número de vagas. As licenciaturas em Engenharia Topográfica e em Design de Equipamento têm pouca procura. Apenas 1 mestrado tem procura razoável (embora abaixo do número de vagas). Taxas de sucesso relativamente baixas e muito baixas em alguns casos. A empregabilidade na área é bastante boa (83%). O histórico de acreditações é razoável: 9 licenciaturas acreditadas (uma delas só por 1 ano) e 2 não acreditadas; 5 mestrados acreditados (1 por 2 anos) e 3 não acreditados.

ESTH: oferece 2 CTeSP, 3 licenciaturas e 2 mestrados, todos acreditados sem problemas. Só 1 dos CTeSP teve procura (50% das vagas). As licenciaturas têm boa procura. Só 1 dos mestrados teve inscritos (7 em 25 vagas). Com excepção da licenciatura em Restauração e Catering, o sucesso escolar é baixo ou mesmo muito baixo. A empregabilidade na área é bastante boa (86%). Esta escola é a que tem o melhor histórico de acreditações com 3 licenciaturas e 2 mestrados acreditados sem condições. Não tem cursos não acreditados nem descontinuados.

B1.2. Estudantes

Apreciação geral da evolução do número de estudantes nas Unidades Orgânicas.

Entre 2013/14 e 2015/16 verificou-se uma ligeira redução do número total de alunos (em simultâneo aumentou o número de pedidos de bolsas). Dado que a maioria dos CTeSP se iniciaram em 2015/16, a redução é maior tendo sido compensada parcialmente pelos alunos destes cursos. A instituição apresenta alguns dados que apontam de forma positiva para a captação de candidatos, mas é aparente estarem fundamentalmente relacionados com algumas das licenciaturas. O decréscimo tem alguma relação com a evolução demográfica da região.

No caso da ESECD e em 2015/16, ano do seu início, os CTeSP (com excepção do de Comunicação Digital que não teve candidatos) conseguiram procura superior a 50% das vagas. Quanto às licenciaturas, os cursos de Animação Sócio-Cultural e de Educação Básica são os que apresentam

maiores dificuldades em obter candidatos. Os restantes têm tido boa procura havendo dois que em 2015/16 admitiram mais estudantes do que o número de vagas oferecidas. Quanto aos mestrados, ou não têm candidatos ou (Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Ciências do Desporto) admitem menos de 50% de estudantes quando comparando com o número de vagas oferecidas.

No caso da ESS, e em 2015/16, dos 3 CTeSP apenas um teve procura razoável (27 em 30). Quanto às licenciaturas, ambas têm boa procura (superior ao número de vagas) destacando-se a de Enfermagem com um número de admissões (91) muito superior ao número de vagas (70). Esta situação pode causar problemas em particular no que diz respeito aos estágios clínicos. Um dos mestrados (Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria) não tem tido nenhuma procura, O segundo admitiu alunos preenchendo apenas 50% das vagas.

No caso da ESTG, e em 2015/16, apenas 9 dos 11 CTeSP ofereceram vagas. Destes, apenas 3 tiveram candidatos, destacando-se pela negativa o curso de Energias Renováveis e Eficiência Energética (admissões inferiores a 50% das vagas). Quanto às licenciaturas, observa-se uma boa procura com excepção dos cursos de Engenharia Topográfica (10 em 20) e de Design de Equipamento (12 em 30). Os cursos de Engenharia Informática e de Gestão têm um número de admissões muito superior ao número de vagas, o que pode causar problemas (número de turmas e número de docentes ou sobrecarga destes). Quanto aos mestrados, Construções Cívicas e Computação Móvel não tiveram candidatos. Dos restantes 3 mestrados apenas o de Sistemas Integrados de Gestão tem alguma procura (25 em 30).

No caso da ESTH, e em 2015/16, apenas um dos dois CTeSP (Cozinha e Produção Alimentar) teve candidatos embora poucos (21 em 40). Quanto às 3 licenciaturas oferecidas, todas mostram boa procura preenchendo praticamente todas as vagas. Quanto aos dois mestrados oferecidos, apenas 1 (Gestão e Sustentabilidade no Turismo) conseguiu alguns candidatos, mas em número muito reduzido (7 em 25).

De acordo com o RAA e em geral, a maior parte dos alunos inscritos provêm da região norte (englobando os distritos de Aveiro, Viseu e Guarda). A proximidade regional é um factor importante, já que, tendo por base a região norte, cerca de 25% são do distrito da Guarda, que contribui com maior número de alunos, secundado pelo de Viseu com percentagem semelhante. A estes seguem-se os distritos do Aveiro, Porto e Braga. Na região Centro, destaca-se o distrito de Lisboa, origem de cerca de 7% do total de estudantes.

Os mestrados têm um comportamento irregular, mas mostram uma tendência para não terem procura pelo que todas as escolas demonstram fragilidades.

B1.3. Diplomados

Apreciação geral da evolução do número de diplomados nas Unidades Orgânicas.

Em geral e em todos os casos, as taxas de sucesso escolar são razoavelmente baixas. A avaliação destas taxas torna-se relativamente difícil ou mesmo discutível atendendo a que o abandono escolar se situa em cerca de 15%.

No entanto, verifica-se que os diplomados, em praticamente todas as áreas, obtêm emprego, na área de formação, em boas percentagens (taxas superiores a 80% excepto no caso da ESECD).

B2. Corpo docente

B2.1. Adequação em número, qualificação e especialização

Apreciação geral da adequação do corpo docente das Unidades Orgânicas.

Todas as Unidades Orgânicas mostram ter um bom/razoável rácio Estudantes/Dout.+Especialistas. A única Unidade Orgânica que preenche os requisitos legais no que diz respeito à percentagem de Doutorados e de Especialistas é a ESS.

As restantes Unidades Orgânicas mostram também ter uma boa percentagem de Doutorados mas não cumprem os requisitos legais em percentagem de Especialistas.

Em geral, o número de docentes com o nível de Professor Coordenador é baixo (5 na ESECD sendo 1 Principal, 3 na ESS, 10 na ESTG e 1 na ESTH), embora exista uma elevada percentagem de docentes doutorados.

Se se considerar adequado observar o estabelecido no artigo 30.º do DL185/81, republicado no DL 207/2009 e alterado pelo - ECPDESP, apenas a ESTG cumpre todos os requisitos (cálculos em número ou em ETI). A ESECD cumpre se o cálculo for em número. As restantes Unidades Orgânicas não cumprem o requisito de mais de 70% de professores de carreira.

B2.2. Estabilidade e dinâmica de formação

Apreciação geral do grau de estabilidade do corpo docente das Unidades Orgânicas.

Em geral, existe uma boa estabilidade do corpo docente embora a ESTH se destaque pela negativa. A percentagem de docentes em tempo integral com mais de 3 anos de contrato é de 88% na ESECD, 92% na ESS, 94% na ESTG e 50% na ESTH. A CAE foi informada da intenção da instituição em melhorar a actual situação da ESTH, estando em curso a abertura de 3 concursos para admissão de Professores Adjuntos nas áreas principais dos ciclos de estudo.

Com excepção da ESS e da ESTH, existe uma boa dinâmica de formação do corpo docente. A percentagem de docentes em doutoramento há pelo menos 1 ano é de 22% na ESECD (11 docentes) e de 21% na ESTG (20 docentes). Tanto a ESS como a ESTH apenas indicam 8% cada (2 docentes cada).

Perguntas B3. a B5.

B3. Instalações

Apreciação geral da adequação das instalações das Unidades Orgânicas.

De acordo com o RAA, as instalações e equipamentos existentes são adequados face às características e necessidades dos ciclos de estudo leccionados embora sendo referido que alguns necessitam de intervenção devido a envelhecimento e degradação. Durante a visita a CAE teve oportunidade de melhor esclarecer a situação actual, tendo obtido as seguintes informações, ouvindo os diferentes utentes:

A ESECD não indica a existência de problemas decorrentes de envelhecimento e/ou degradação, referindo que as suas instalações têm vindo a ser objecto de investimentos institucionais em actualizações e melhoramentos adequados. No entanto verifica-se que o equipamento informático necessita de ser actualizado. Falta material audiovisual. A cantina no piso superior não tem aquecimento e há infiltrações de água da chuva. Falta apoio para deslocações (transporte) dos alunos de desporto.

A ESS situa-se no Parque da Saúde da cidade da Guarda. Indica: "Apesar da sua estrutura física apresentar algumas insuficiências por ser antiga, tem sido feito nos últimos anos um investimento importante na melhoria, ampliação e equipamento dos espaços. Será necessário dar continuidade ao processo de remodelação e adequação dos espaços da Escola, nomeadamente ao nível dos laboratórios de aulas de prática simulada e de aulas laboratoriais para áreas específicas e emergentes na área da saúde". Verificam-se necessidades a nível de melhores instalações (mais amplas) e de melhores e maiores laboratórios. O material de desgaste rápido necessita de substituição. O bar não oferece condições adequadas para quem lá pretende ter uma refeição. A sala de estudo dos estudantes não oferece condições adequadas. Não existe cantina. As instalações

existentes são pequenas e necessitam de obras.

A ESTG limita-se a listar os meios físicos existentes (que parecem adequados). Em geral não houve indicação de necessidades de obras de manutenção ou melhoramento. No entanto foi referido que o aquecimento é encerrado a partir das 17 horas e aos sábados o que dificulta a estada nas instalações a partir dessa hora ou nesse dia.

A ESTH situa-se em Seia. De acordo com o RAA, “A Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Instituto Politécnico da Guarda tem estruturas e espaços físicos altamente vocacionados e modernizados de modo a permitir uma formação de qualidade nas áreas do Turismo, da Hotelaria e da Restauração, de acordo com os objetivos e estruturas da sua oferta formativa. A Escola tem nas suas novas instalações, concluídas em Dezembro de 2003, as condições físicas ideais para que nela sejam preparadas e formadas pessoas aptas para responder às exigências atuais do mercado de trabalho e para a prestação de serviços nas áreas de formação adquiridas”.
Salienta-se que a localização é considerada um factor negativo (pelos alunos). Não existe um serviço de reprografia. Faltam balneários. A ventilação da cozinha é deficiente.

B4. Atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível

Apreciação geral das atividades de investigação orientada, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento profissional de alto nível nas Unidades Orgânicas.

Tal como a instituição reconhece no RAA, esta área apresenta ainda e em geral, algumas debilidades.

A ESECD lista uma série de projectos a nível nacional e internacional. Não indica valores dos correspondentes financiamentos.

A ESS lista diversos projectos (2 com financiamento FEDER) mas não indica níveis de financiamento nem datas de início e fim.

A ESTG menciona ter “60 Projetos Financiados dos quais, para além daqueles de financiamento interno UDI-IPG, se destacam diversos desenvolvidos no âmbito da FCT, QREN, Comissão Europeia, Conselho da Europa e Instituto Presbiteriano Mackenzie”. Não são dadas indicações sobre a natureza, níveis de financiamento e datas de execução.

A ESTH não indica nada de especial para além da referência ao Observatório do Turismo da Serra da Estrela.

B5. Produção artística

Apreciação geral das atividades de produção artística nas Unidades Orgânicas.

A ESECD indica algumas actividades relevantes nomeadamente peças de teatro e exposições.

No caso da ESS esta secção é N/A.

A ESTG menciona apenas as actividades e prémios obtidos pelos alunos do curso de Design de Equipamentos.

No caso da ESTH esta secção é N/A.

Perguntas B6. a B7.

B6. Prestação de serviços à comunidade

Apreciação geral das atividades de prestação de serviços à comunidade (incluindo atividades de promoção cultural, artística e desportiva) nas Unidades Orgânicas.

Tal como a instituição reconhece no RAA, esta área apresenta ainda e em geral, algumas debilidades.

A ESECD lista uma série de actividades embora não sejam evidentes os seus resultados em termos de receitas. Globalmente parece que esta escola tem efectivamente desenvolvido esforços com vista a manter e incrementar as actividades em curso. Muitas das actividades são-no a título gratuito.

No caso da ESS, são indicados objectivos de intervenção na comunidade, mas não é claro como são implementados nem quais os seus resultados. Como no caso da ESECD, muitas das actividades são-no a título gratuito. A CAE foi informada de que estas actividades têm um impacto relevante na sociedade.

A ESTG menciona diversas colaborações com entidades/Instituições/empresas salientando a intervenção dos seus laboratórios. O acumulado indicado, obtido nos últimos 3 anos é de 150.000 euros o que parece pouco. Com grande importância nesta actividade são os serviços na área da geologia e da qualidade ambiental. O laboratório de Marketing é o que obtém maior valor de serviços prestados ao exterior.

A ESTH também menciona diversas colaborações mas o acumulado obtido, nos últimos 3 anos, em receitas próprias é de apenas 25.000 euros. Também indica que muitas das actividades são-no a título gratuito.

B7. Colaboração nacional e internacional

Apreciação geral das atividades em cooperação nacional e internacional nas Unidades Orgânicas. Em geral existem diversas actividades de colaboração nacional e internacional.

A ESECD salienta a existência de vários protocolos e actividades de colaboração com entidades e instituições tanto a nível nacional como internacional.

A ESS, para além de referir programas de mobilidade e estágios, lista algumas colaborações nacionais e internacionais com entidades/instituições mas não indica em que consistem.

A ESTG menciona diversas colaborações nacionais e internacionais, indicando, no caso das nacionais, os docentes envolvidos.

A ESTH indica a realização de dois cursos em parceria com outras IES e menciona a existência de cerca de 30 protocolos de colaboração e cooperação com empresas e instituições, locais, regionais e nacionais, vocacionadas e ligadas aos sectores do Turismo, da Hotelaria e da Restauração. Internacionalmente e visando o estabelecimento de laços de cooperação académica, científica e cultural com instituições congéneres estrangeiras, a ESTH/IPG indica manter parceria institucional com 77 instituições/organismos/escolas, distribuídas por 22 países. Não é esclarecido em que consistem, tanto as nacionais como as internacionais.

B8. Sistema interno de garantia da qualidade

B8. Sistema interno de garantia da qualidade

No caso de o sistema estar definido a nível institucional (certificado ou não pela A3ES) preencher o campo B8.3.

B8.1. Evolução do sistema (no caso de sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica)

Apreciação geral da evolução dos sistemas certificados a nível de Unidade Orgânica, desde a sua certificação.

<sem resposta>

B8.2. Breve descrição do sistema (no caso de sistemas não certificados a nível de Unidade Orgânica)

Apreciação geral do estado de desenvolvimento dos sistemas definidos a nível de Unidade Orgânica não certificados pela A3ES.

<sem resposta>

B8.3. Contributo da Unidade Orgânica para o funcionamento do sistema (no caso de sistema a nível da Instituição)

Apreciação do contributo das Unidades Orgânicas para o funcionamento do sistema interno de garantia da qualidade da Instituição.

O SIGQ está definido a nível institucional. Todas as Unidades Orgânicas contribuem para o sistema através de ações de recolha e processamento de informações, como referido no RAA:

“A recolha de informação é feita sistematicamente com os alunos (questionários e adequação de ECTS) avaliando os processos de ensino e as competências adquiridas, com docentes, com relatórios das UC, Coordenador de curso pela elaboração do Relatório de curso e os Conselhos Pedagógicos pela avaliação de indicadores e definição de ações de melhoria. Os mecanismos para a recolha de informação, para além do Relatório de curso já referido, são: Questionário de perceção dos estudantes sobre a UC, que inclui autoavaliação e perceção sobre o processo de ensino e desempenho do corpo docente; Relatório de docência, elaborado pelo docente responsável pela UC, sobre o funcionamento da UC; Questionário sobre o trabalho dispendido em cada UC. A adesão dos alunos e docentes ao preenchimento dos questionários é satisfatória. Na página pessoal, de acesso ao sistema, de docente, são divulgados os resultados obtidos e cada Coordenador de Curso tem acesso aos resultados da perceção dos alunos às UC desse curso. Os resultados são assim, apreciados e discutidos nos órgãos da UO (Conselho Pedagógico e Científico), na Direção, no CAQ estabelecendo-se pareceres, recomendações e estratégias para a melhoria do funcionamento dos cursos e respetivas unidades curriculares”.

Verifica-se que, a nível das UO, a contribuição é fundamentalmente baseada no sistema de ensino/aprendizagem.

B9. Apreciação global, pontos fortes, pontos fracos e recomendações de melhoria

B9.1. Apreciação global das Unidades Orgânicas

Apreciação global da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

A organização e funcionamento das Unidades Orgânicas (UO) não merece reparos especiais.

Nenhuma UO se salienta especialmente. Também nenhuma apresenta fragilidades neste domínio.

B9.2. Áreas de excelência

Identificação de áreas de excelência.

Nada de especial a referir.

B9.3. Áreas com fragilidades

Identificação de áreas com fragilidades específicas.

Em todos os casos (com exceção da ESS), as maiores fragilidades assentam no não cumprimento dos requisitos em termos da percentagem de Especialistas no corpo docente.

Também em todos os casos, verificam-se dificuldades na captação de estudantes, no desenvolvimento da investigação orientada, na colaboração internacional e prestação de serviços e a nível da colaboração com outras IES.

B9.4. Recomendações de melhoria

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento das Unidades Orgânicas.

- Cumprir com os requisitos legais para o corpo docente;
- Reforçar e consolidar formas alternativas de atracção de estudantes nos casos de maior debilidade;
- Formalizar as orientações para a I&D e desenvolver e implementar uma mais eficaz investigação orientada com envolvimento dos alunos;
- Incrementar as acções de prestação de serviços à comunidade e correspondente captação de receitas;
- Incrementar a cooperação internacional e com outras IES da região;
- Manter o esforço de reforçar a estabilidade do corpo docente no caso da ESTH;
- Incrementar a dinâmica de formação do corpo docente nos casos da ESS e ESTH.

B10. Observações

B10. Observações

Critérios de excelência:

- 1) Histórico de acreditação no 1º ciclo, concluído em 2016: apesar do número de ciclos de estudo actualmente acreditados sem condições, o histórico de acreditações apresentado no RAA só é favorável à ESTH;
- 2) Níveis de qualificação do pessoal docente: Existe um elevado número de docentes com o grau de Doutor. Mas, com excepção da ESS, nenhuma das Unidades Orgânicas cumpre os requisitos legais estabelecidos no RJIES em termos da percentagem de Especialistas. Se se considerar adequado observar o estabelecido no artigo 30.º do DL185/81, republicado no DL 207/2009 e alterado pelo - ECPDESP, apenas a ESTG cumpre todos os requisitos (cálculos em número ou em ETI). A ESECD cumpre se o cálculo for em número. As restantes Unidades Orgânicas não cumprem o requisito de mais de 70% de professores de carreira;
- 3) Nível de investigação certificado pela avaliação dos centros de investigação: O número de docentes envolvidos em actividades de investigação em centros avaliados com boas classificações pela FCT é muito reduzido. A grande maioria dos docentes do IPGuarda exercem essas actividades num centro do IPGuarda que não está certificado pela FCT;
- 4) Sistema de garantia da qualidade certificado pela agência: O SIGQ do IPGuarda está certificado pela A3ES..

III - Apreciação global da instituição

Perguntas C1. a C5.

C1. Apreciação global

Apreciação global da Instituição.

Na generalidade, pode dizer-se que o IPGuarda desenvolve uma actividade relevante no contexto económico e social da região em que se insere. Guarda é uma cidade do interior e insere-se numa região em que se verifica, nomeadamente, um decrescimento demográfico, uma reduzida população jovem e um reduzido e de pequena dimensão tecido empresarial, o que constitui um factor limitativo da sua actividade. A instituição tem conseguido ultrapassar algumas dificuldades merecendo uma apreciação global favorável.

C2. Pontos fortes

Pontos fortes da organização e funcionamento da Instituição.

Entre outros, salientam-se os seguintes:

- Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela A3ES;
- Elevado número de Doutorados, na maioria em regime de tempo integral;
- Boa estabilidade do corpo docente (excepto no caso da ESTH);
- Boa dinâmica de formação do corpo docente (excepto nos casos da ESS e da ESTH);
- Oferta formativa enquadrada no âmbito da sua missão
- Apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho;
- Instalações adequadas em todas as Unidades Orgânicas, embora necessitando de obras de manutenção, conservação e ampliação, em particular no caso da ESS;
- Bons serviços de acção social;
- Boa taxa Esudantes/Doutorados+Especialistas;
- Boa taxa de empregabilidade dos diplomados na área de formação;
- Boa proximidade docente/estudante;
- Bom ambiente de trabalho, embora os estudantes refiram a necessidade de algumas melhorias.

C3. Pontos fracos

Pontos fracos da organização e funcionamento da Instituição.

Salientam-se os seguintes:

- Não conformidade com os requisitos legais em número de Especialistas, (artigo 49 nº 1 do RJIES);
- Reduzida percentagem de Professores Coordenadores na maior parte dos casos;
- Alguns docentes com cargas horárias demasiadamente elevadas;
- Dificuldades na captação de estudantes;
- Elevada taxa de abandono escolar;
- Baixa taxa de sucesso principalmente nos ciclos de estudo de Mestrado;
- Em geral, fraca investigação orientada e actividades de prestação de serviços;
- Internacionalização necessitando de esforços adicionais;
- Ausência de domínio das línguas estrangeiras.

C4. Recomendações de melhoria

Recomendações de melhoria da organização e funcionamento da Instituição.

- Adoptar um a política de recrutamento que atenda às necessidades de Especialistas (artigo 49 do RJIES);
- Adoptar políticas de recrutamento que conduzam a uma distribuição mais equilibrada dos diferentes níveis de docência;
- Equilibrar melhor a distribuição do serviço docente a fim de evitar sobrecargas;
- Adoptar medidas mais eficazes na atracção de estudantes;
- Desenvolver maiores esforços com vista a aumentar as taxas de sucesso nos ciclos de estudo mais carenciados;
- Procurar soluções para aumentar as actividades de investigação orientada e de prestação de serviços, com o correspondente aumento de captação de receitas próprias;
- Incrementar a actividade científica do corpo docente e a sua participação em centros de investigação com boas classificações;
- Adoptar medidas para incrementar as actividades de internacionalização e de colaboração com outras IES da região;
- Criar condições, internamente, para melhorar os conhecimentos no uso de línguas estrangeiras.

C5. Recomendação Final

(Acreditar, Acreditar com condições, Não Acreditar)

Acreditar com condições:

No prazo de 3 anos: aumentar o número de Especialistas com vista a obedecer aos requisitos legais do artigo 49º nº 1 do RJIES.